

DE OBJECTO A SUJEITO? OLHARES MEDIÁTICOS SOBRE O ACTIVISMO LGBT PORTUGUÊS

ANA CRISTINA SANTOS

BIRKBECK INSTITUTE FOR SOCIAL RESEARCH, UNIVERSIDADE DE LONDRES

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS, UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Resumo

Em anos recentes, a representação noticiosa de eventos LGBT em Portugal transformou-se. Com efeito, verifica-se que as molduras outrora dominantes – nomeadamente as de “entretenimento”, “fonte credível” e “homofóbica/transfóbica” – estão gradualmente a ser substituídas por modelos em que se valoriza o activismo LGBT enquanto sujeito político participante no espaço público. Para tal tem contribuído o investimento por parte do movimento LGBT português numa relação de proximidade pedagógica com os media e demais agentes de mudança sociocultural.

Tendo por base investigação realizada no âmbito da minha tese de doutoramento, no presente artigo começo por situar o movimento LGBT no contexto socio-político português. Num segundo momento identifico e discuto as principais molduras de representação noticiosa do activismo LGBT ao longo da última década. Na parte final, procedo ao levantamento de exemplos de modos alternativos de representar o activismo LGBT no espaço mediático português, sugerindo-se a possibilidade de um ‘jornalismo rosa’ glocalizado.

Palavras-chave

LGBT; media; activismo; representação noticiosa; Portugal.

Introdução

Em Junho de 2008 decorreu em Lisboa a nona Marcha do Orgulho Lésbico, Gay, Bissexual e Transgénero (LGBT). Como sucedeu em edições anteriores, largas centenas de participantes desfilaram com frases de ordem, música, cores, bandeiras, cartazes e coreografias temáticas, apoiadas pela participação de um largo conjunto de representantes de outros movimentos sociais, entre os quais o movimento feminista, anti-racista e sindicalista. Foi entre tal profusão de estratégias discursivas e

corporais que me deparei, pela primeira vez, com um cartaz visando directamente a comunicação social – “Senhores jornalistas, somos todas bichas com plumas!”. Para além do tom jocoso e provocatório face à comunicação social, esta frase empunhada por uma activista adquire significados múltiplos que importa explorar no contexto de uma análise sociológica da relação entre o movimento LGBT português e os media.

Tendo por base parte da investigação realizada no âmbito da minha tese de doutoramento (Santos, 2008), no presente artigo começo por situar, de forma necessariamente sucinta, o movimento LGBT no contexto socio-político português. Num segundo momento, identifico e discuto as principais molduras de representação noticiosa do activismo LGBT ao longo da última década. Na parte final, procedo ao levantamento de modos alternativos de representar o activismo LGBT no espaço mediático português, sugerindo-se a possibilidade de um “jornalismo rosa” glocalizado (Robertson, 1995).

1. Contextualizando o movimento LGBT português

O movimento Lésbico, Gay, Bissexual e Transgénero (LGBT) português nasceu após 1995, herdeiro de diversas iniciativas e contextos que lhe antecederam e prepararam caminho. Até 1974, o regime ditatorial reprimiu, perseguiu e encarcerou todas as pessoas suspeitas de transgredir uma lei datada de 20 de Julho de 1912 e que equiparava a homossexualidade ao crime de vadiagem, criminalizando-a de forma idêntica à prostituição ou ao proxenetismo (Bastos, 1997). Recorde-se, a propósito, que foi somente com a revisão do Código Penal em 1982 que a homossexualidade deixou de ser considerada crime à luz do enquadramento jurídico português, com a revogação da referida lei. Ainda na década de 1970 surgiram as primeiras tentativas de mobilização lesbigay no país. Em 1974, aquando da comemoração do 1º de Maio, no Porto, apareceu um cartaz onde se lia “Liberdade para os Homossexuais”. A 13 de Maio desse mesmo ano, o *Diário de Lisboa* publicou o manifesto do Movimento de Acção Homossexual Revolucionária (MAHR), intitulado “Liberdade para as minorias sexuais”, apelando à luta conjunta contra a repressão sexual e exigindo a introdução de uma disciplina de Educação Sexual em todas as escolas e alterações jurídicas no sentido da descriminalização da prática homossexual. Seis anos depois, em Outubro de 1980, nasceu o Colectivo Homossexual Revolucionário (CHOR), que se extinguiu pouco tempo depois (Cascais, 2006; Santos, 2005). Não obstante a irregularidade des-

tes primeiros passos, é sabido que as iniciativas pioneiras deixam frequentemente raízes, ainda que os modelos iniciais tenham que ser abandonados ou readaptados. Foi o que sucedeu durante a década de 1990.

O primeiro grupo com maior consistência e durabilidade emergiu em 1990, sob pretexto de uma revista lésbica intitulada *Organa*.¹ A década de 1990 viu também nascer novos colectivos e grupos de trabalho, alguns dos quais acabaram por se formalizar em associações. Durante este período construiu-se um importante acervo cultural e simbólico resultante de um forte investimento no reconhecimento jurídico e na visibilidade social LGBT. Importa referir que, entre 1990 e 2009, se contabilizarmos os colectivos actualmente existentes e outros que entretanto se extinguíram, foram criados em Portugal perto de três dezenas de colectivos, número ao qual acrescem ainda diversas delegações e subgrupos de trabalho espalhados de Norte a Sul do país.²

Pese embora a emergência de associações LGBT desde o início da década de 1990, o reconhecimento público do papel do movimento LGBT português data apenas de 1997, através da atribuição de um espaço na cidade de Lisboa para o Centro Comunitário Gay e Lésbico por parte da Câmara Municipal de Lisboa. Este ano oferece, portanto, o primeiro grande momento de visibilidade do movimento, a que se seguiram a realização do primeiro Festival de Cinema Gay e Lésbico, e do primeiro Arraial em espaço público, ambos na cidade de Lisboa.

No momento presente, o movimento lésbico, gay, bissexual e transgénero portu-

1. Dessa iniciativa de Ana Pinheiro e Mena Loureiro, nasceram muitas outras e a importância da *Organa* talvez nunca venha a ser cabalmente reconhecida na história do movimento. O que é facto é que a *Organa* esteve na origem de muitos outros grupos posteriormente formados, como pode ser testemunhado pelas/os activistas cujos primeiros passos, sobretudo como seres políticos e pensantes, foram estimulados pela existência daquele grupo.

2. Colectivos LGBT criados em Portugal entre 1990 e 2009: 1990: *Organa*; 1991: GTH – Grupo de Trabalho Homossexual; 1993: Lilás; 1995: ILGA Portugal; 1996: Clube Safo; PortugalGay.PT; 1997: Opus Gay; 2000: Associação Cultural Janela Indiscreta (ACJI), criada em 21 de Dezembro de 2000 (antiga Associação Cultural Festival de Cinema Gay e Lésbico de Lisboa); GOG – Grupo Oeste Gay (extinto em 2003); NÓS - Movimento Universitário; Grupo GLBT do Bloco de Esquerda; 2001: Coisa do Género (extinta em 2003); Não Te Prives – Grupo de Defesa dos Direitos Sexuais; 2002: Núcleo LGBT da Amnistia Internacional; 2003: AT - Associação para o Estudo e Defesa dos Direitos à Identidade de Género; rede ex aequo; 2004: Associação Ursos de Portugal; Panteras Rosa; 2005: Horus; 2006: Caleidoscópio; Grupo Português de Intervenção Social GLBT Ex-Testemunhas de Jeová; Ponto Bi; 2008: LES - Grupo de Discussão sobre Questões Lésbicas; Rumos Novos – Grupo Homossexual Católico; 2009: AMPLOS – Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual; mica-ME – Movimento de Intervenção Cultural e Artística. Outros (s/data): Angels – Departamento LGBT da Associação Portuguesa de Surdos; Atlântida; Gayteen. Para uma análise do papel dos diferentes colectivos no movimento LGBT português ver Santos, 2005 e 2008.

guês caracteriza-se em traços gerais pela concentração dos seus colectivos e associações em espaços urbanos com maior incidência para Lisboa e para o Porto, articulando medidas de pressão política e acção directa, revelando poder de ajustamento às novas necessidades e um crescimento significativo no seu reportório cultural e simbólico. Este movimento é marcado, como explico detalhadamente noutra lugar, pelo desenvolvimento de um “activismo sincrético” (Santos, 2008), construído a partir da conjugação de princípios ideológicos e práticas estratégicas simultaneamente opostas e compagináveis.

Num país onde muito está ainda por construir ao nível da cidadania íntima e sexual³, o movimento LGBT tem trilhado um caminho notável nesse sentido, ainda que insuficiente quando contrastado com os bloqueios político-sociais à igualdade. Em anos recentes, a acção colectiva em torno de direitos LGBT em Portugal é marcada por uma crescente juridificação e politização de práticas e discursos. Surgem assim os primeiros casos de tribunal, as reivindicações aprovadas pela Assembleia da República e as máximas colectivas remetendo para a situação social e jurídica vivida noutros países europeus (Santos, 2005; 2008). De entre as transformações jurídicas mais determinantes, destaca-se a lei das uniões de facto (2001), a revisão constitucional incluindo a protecção contra discriminação com base na orientação sexual (2004) e a revisão do Código Penal revogando o artigo que estabelecia diferentes idades de consentimento e reconhecendo violência doméstica e crimes de ódio com base na orientação sexual (2007). Outras áreas não têm merecido, todavia, a mesma atenção por parte do legislador, fazendo com que direitos como adopção, casamento civil, direitos sucessórios ou técnicas de procriação medicamente assistida continuem ainda vedados a casais de pessoas do mesmo sexo, embora alguns destes temas se encontrem no centro do de-

3. Apesar de acolher parcialmente o argumento de Plummer (2003) de que a cidadania íntima pode abarcar a cidadania sexual, desejo aqui reter a especificidade que subjaz à noção de cidadania sexual, tal como Richardson a define, “reportando-se especificamente aos direitos sexuais concedidos ou recusados a indivíduos e grupos sociais” (2000a: 87). Ao definir-se cidadania sexual em termos de acesso a direitos específicos, todo um conjunto de tópicos passa a figurar, incluindo o direito a relacionamentos publicamente reconhecidos, ao prazer, à auto-determinação, à expressão e ao desenvolvimento pessoal (Richardson, 2000b). Dentro desta linha, Carneiro sugere que “por cidadania sexual se entende uma cidadania diferenciada, que versa, particularmente, as temáticas relacionadas com a orientação sexual. Aqui se integram temas como a evolução histórica do movimento gay e lésbico, a equação de direitos e de deveres que dão corpo a uma justiça social adequada às especificidades da identidade ‘(homo)sexual’ ou a construção sociopolítica de linguagens que respeitem a pluralidade das vivências da sexualidade” (Carneiro, 2009: 65). Para aprofundar o debate entre estes conceitos, aos quais se adiciona ainda o de “cidadania reprodutiva”, ver Richardson e Turner, 2001.

bate sócio-político actual (Vale de Almeida, 2009).⁴ No que respeita ao transgenderismo, constata-se mesmo uma desadequação da lei portuguesa, uma vez que para mudar de nome se exigem ao/à transsexual critérios obsoletos e questionáveis do ponto de vista dos direitos de cidadania sexual, nomeadamente prova de cirurgia correctiva, esterilização irreversível e inexistência de filhos/as. Acresce que o princípio constitucional que proíbe a discriminação com base na orientação sexual – Princípio da Igualdade (artigo 13) – não menciona explicitamente a identidade de género como critério de protecção.

2. Da construção de um objecto noticioso: representações do activismo LGBT nos media portugueses ⁵

Indissociável de processos de mediação da realidade, uma notícia diz-nos tanto acerca de práticas e discursos jornalísticos, quanto de valores socioculturais dominantes (Alwood, 1996. Lull, 1995). Neste sentido, para a análise sociológica dos media reveste-se de particular relevância identificar especificidades de cada cultura da sala de redacção (Alwood, 1996), para a qual contribui a partilha de “molduras”, ou seja, enquadramentos interpretativos padronizados através dos quais os/as jornalistas apreendem e reportam determinado evento (Gamson & Modigliani, 1987). De acordo com Entman, “enquadrar é seleccionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes num texto de forma a promover em particular uma definição do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de resolução” (1993: 52).

Numa linha de argumentação semelhante, Scheufele (1999) conclui que “o enquadramento e apresentação de eventos e notícias nos media pode afectar de forma sistemática o modo como os receptores das notícias vêm a compreender tais eventos” (1999: 106). Desta forma, as molduras mediáticas organizam a realidade não só de jornalistas que a noticiam de uma forma “habitual”, como da audiência que a compreende de uma forma filtrada (Gitlin, 1980).

Em suma, o risco de reprodução acrítica de valores (institucionais e/ou pessoais) dominantes no processo noticioso – sobretudo quando estes valores se inserem nas

4. Por exemplo, do Programa Eleitoral do Partido Socialista para 2009-2013 consta o compromisso de “remover as barreiras jurídicas à realização do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo” (http://www.ps.pt/media/Programa_de_Governo_do_PS.pdf).

5. Uma primeira versão da presente secção encontra-se publicada na *Revista Ex Aequo*, n. 20, 2009.

molduras mediáticas habitualmente aceites – faz parte do *modus operandi* da sala de redacção. Entre os factores a considerar quando se analisa a cultura da sala de redacção e os seus efeitos no modo como o activismo LGBT em Portugal é representado encontra-se aquilo que designo por *moldura de entretenimento*, *moldura de fonte credível* e *moldura homofóbica/transfóbica*.

A *moldura de entretenimento* consiste na apresentação dos corpos LGBT como elemento de comodificação dentro de uma indústria de espectáculo. No caso da cobertura mediática em Portugal, tal retrato do corpo como mercadoria de consumo simbólico é particularmente visível no tratamento noticioso televisivo dado às Marchas LGBT, ainda que este apresente variações de acordo com os anos e os canais analisados.⁶ Pese embora alguma diferenciação, continua a verificar-se a ventilação de imagens como forma de chamariz de audiências para um corpo LGBT que é interpretado como exótico ou extravagante, numa abordagem que reforça de forma evidente a alterização e, com ela, o fortalecimento da (hetero)norma. Esta foi, de resto, a forma mais característica de representação mediática dos primeiros anos de activismo LGBT em Portugal.⁷ Dois factores principais concorrem para justificar tal utilização do movimento LGBT. Um primeiro consiste na definição apriorística do valor noticioso, medido em função daquilo que se espera vir a interessar ao grande público (i.e., o que “vende” melhor). Um segundo factor baseia-se nos media como espelho de valores dominantes apoiados em pressupostos prévios – assim sendo, as imagens existem para consumo imediato, e não para suscitar qualquer questionamento reflexivo. Em grande medida, este factor articula-se com a recusa em considerar as pessoas LGBT como fontes credíveis de informação.

A *moldura de fonte credível* consiste em dar voz exclusiva a quem pertence a uma determinada hierarquia de credibilidade. A confiança exclusiva em fontes consideradas oficiais tem sido bem estudada em variados contextos (Hall *et al*, 1978; Herman & Chomsky, 1994). Carter *et al*. postulam que “os/as jornalistas tendem a confiar principalmente em fontes que sejam homens brancos, de classe média, de meia-idade e profissionais, especialmente quando se trata de opiniões de peritos” (1998: 5). Tal uso de fontes oficiais está directamente relacionado com uma procura de “eficácia na

6. Para uma análise mais detalhada deste fenómeno, ver, por exemplo, Caldeira (2006) e Santos (2008).

7. Tal moldura de entretenimento é percebida pelos/as activistas LGBT portugueses quando se reportam ao que designam por “circo mediático”, ou seja a representação do corpo LGBT como exótico, exuberante e extravagante. Tal é frequentemente associado à visibilidade predominante concedida pelos media a *dragqueens* durante a Marcha (Santos, 2008).

produção noticiosa, mantendo a ilusão da objectividade”, tal como lembram McLeod e Detenber (1999: 6). A utilização de uma *moldura de fonte credível* coloca dificuldades acrescidas aos movimentos sociais em geral (Barakso e Schaffner, 2006) e ao movimento LGBT em particular (Alwood, 1996).⁸ Em Portugal, esta moldura significa que historicamente o jornalismo não tem considerado activistas LGBT como fontes credíveis de informação, mesmo em iniciativas de teor LGBT. Em vez de voz política, os/as activistas são sobretudo procurados por jornalistas com interesse em testemunhos particularizados e num registo auto-biográfico e confessional (Santos, 2008). A *moldura da fonte credível* apoia-se portanto em relatos parciais da realidade, fracassando em reconhecer a dimensão política das iniciativas LGBT. Um exemplo claro consiste na ausência de qualquer referência aos manifestos anuais do movimento, apesar de estes constituírem documentos fundamentais que orientam tematicamente cada Marcha LGBT. A dificuldade em ventilar um conteúdo político nos media não é exclusiva do movimento LGBT, estendendo-se a outros movimentos sociais. Todavia, para além da conhecida falta de interesse mediática em relação ao carácter político dos novos movimentos sociais, o movimento LGBT apresenta uma importante especificidade em relação aos restantes movimentos feminista, de deficientes, entre outros, que consiste na presença do preconceito homofóbico e transfóbico, relacionado com a terceira moldura.

A *moldura homofóbica/transfóbica* surge de forma evidente de cada vez que a cobertura noticiosa é feita de forma tendenciosa e manipulativa, revelando ignorância e/ou preconceitos relativamente a questões de orientação sexual ou identidade de género. Entre os múltiplos exemplos desta moldura, que discuto extensivamente noutro lugar (Santos, 2008), conta-se a cobertura dada ao caso Casa Pia, em 2002,⁹ e ao assassinato de Gisberta, em 2006.¹⁰

As três molduras mediáticas que sugeri – de entretenimento, de fonte credível e homofóbica/transfóbica – não sendo mutuamente exclusivas, também não descrevem a totalidade da cobertura jornalística de eventos LGBT em Portugal, notando-se

8. Como descreve Alwood, “durante muitos anos as estimativas de participantes têm sido um dos temas mais controversos para as minorias e media. Uma vez que os media tendem a confiar nos números fornecidos pela polícia, noticiam estimativas oficiais que tendem a ser substancialmente mais baixas que aquelas feitas pelos organizadores” (1996: xiv).

9. Leia-se, a este propósito, o comunicado de imprensa subscrito por diversas organizações LGBT disponível em <http://www.ilga-portugal.pt/pdfs/pedoforum.pdf> (consultado em 11/02/2009).

10. Comunicados de imprensa produzidos pelo movimento LGBT em relação ao caso Gisberta encontram-se disponíveis em <http://portugalgay.pt/politica/portugalgay71a.asp> (consultado em 29/11/2007).

alguma variação de acordo com o contexto temporal e noticioso em análise (Santos, 2008).¹¹ Todavia, estas molduras determinam a forma dominante como iniciativas de teor LGBT têm sido representadas pelos media portugueses durante a última década.

A existência destas formas de representar o movimento LGBT português não é de forma alguma estranha ao próprio movimento. Pelo contrário o activismo LGBT está consciente do tipo de enquadramento noticioso de que é objecto, e tal reconhecimento constitui o ponto de partida para a construção do seu relacionamento com os media. Como tenho vindo a argumentar (Santos, 2008 e 2009), a participação do movimento LGBT português na esfera pública tem conduzido ao estabelecimento de contra-discursos que foram gradualmente incorporados pelo léxico jornalístico, de que são exemplo as noções de “homofobia”, “transfobia” ou “heteronormatividade”.¹² Confrontado com molduras mediáticas padronizadas, o movimento LGBT tem também desenvolvido estratégias adaptativas de comunicação com os media visando uma transformação nas molduras dominantes de cobertura noticiosa. Identifico três abordagens estratégicas principais: a abordagem de *visibilidade*, a abordagem de *credibilidade* e a abordagem de *empatia* (Santos, 2008 e 2009).

Em linhas gerais, a abordagem de *visibilidade* inclui estratégias utilizadas pelo movimento de modo a revestir as suas iniciativas de valor mediático, fornecendo informação tratada num formato interpretado como pronto a consumir pelas audiências (comunicados de imprensa¹³, por exemplo) ou organizando eventos de claro interes-

11. Por exemplo, a decisão de mover as notícias de temática LGBT da secção “Sociedade” para a secção “Nacional” ou “Portugal” em jornais como o *Público*, em 2005, revela uma mudança no sentido do reconhecimento destes temas como políticos. Tais transformações são tidas como importantes por parte de activistas, principalmente pelo potencial de mudança cultural que contêm. De forma idêntica, na esfera dos audiovisuais, a minha análise da cobertura da Marcha, Arraial e Porto Pride entre 1997 e 2005 feita pelo canal SIC revelou uma evolução significativa ao longo do tempo, com um crescente cuidado no tipo de linguagem utilizado e na inclusão de activistas enquanto sujeitos políticos (Santos, 2008). A este propósito, ver também o *Diário de Notícias* publicado a 25/06/2006, entre outros exemplos.

12. Veja-se, por exemplo, o artigo “Manifestação contra a homofobia marcada por insultos”, no *Público* online de 15/05/2005, e o artigo “Petição contra homofobia gera polémica na Assembleia”, publicado no *Diário de Notícias* de 19/12/2007. Um outro exemplo da utilização destes termos em meio jornalístico, desta feita numa coluna de opinião, encontra-se na crónica assinada por Daniel Sampaio na revista *Pública*, suplemento do jornal *Público*, de 10/05/2009.

13. Entre 2000 e 2006, verificaram-se 163 comunicados de imprensa por produzidos pelo movimento LGBT português. Só em 2002, dos 32 comunicados de imprensa emitidos, 7 incidiam sobre os próprios media, denunciando situações nas quais jornalistas tinham alegadamente prestado uma cobertura enviesada dos eventos ou associado indevidamente os conceitos “homossexualidade” e “pedofilia”. Mais acerca deste tema em Santos, 2008.

se mediático, visando a provocação de impacto e/ou discórdia (Barakso & Schaffner, 2006), entre os quais se contam beijaços (*kiss-ins*), como sucedeu em 2001 e 2004, ou o termómetro da homofobia, realizado em 2005.¹⁴ A frase “Senhores jornalistas, somos todas bichas com plumas!”, utilizada num cartaz durante a Marcha LGBT de 2008, é um exemplo-limite da abordagem da visibilidade. A abordagem de *credibilidade* prende-se com uma preocupação em disseminar a mensagem “certa”, aquilo que é considerado adequado dizer ou enfatizar. Tal abordagem reveste-se de tensão dentro do próprio movimento LGBT, frequentemente dividido entre questões de igualdade e diferença, retórica para consumo interno e externo, vocações de integração ou de subversão da ideologia dominante (Santos, 2008). A abordagem de *credibilidade* passa ainda por um investimento crescente por parte de activistas LGBT em participar directamente em espaços noticiosos, recentrando o interesse jornalístico na mensagem política produzida pelo próprio movimento (por exemplo, nos manifestos anuais). A abordagem de *empatia* consiste no investimento em relações de proximidade entre activistas e determinados/as profissionais ou órgãos de comunicação social. Tal investimento traduz-se, por exemplo, no reconhecimento público relativamente a jornalistas e outras figuras mediáticas ilustrado pela entrega dos Prémios Arco-Íris (iniciativa da ILGA Portugal desde 2003)¹⁵ e dos Prémios Media (iniciativa da rede exaequo desde 2005)¹⁶. A monitorização mediática e a identificação de possíveis aliados/as tem sido uma acção estratégica importante por parte do movimento LGBT em Portugal.

O investimento por parte do activismo no campo dos media tem sido claramente eficaz sob o ponto de vista da mudança nas molduras noticiosas dominantes, como discuto extensivamente noutra lugar (Santos, 2008). Com efeito, a cobertura noticiosa de eventos LGBT em Portugal em jornais e canais de referência é hoje manifestamente mais inclusiva e rigorosa quando comparada com a década de 1990, e isso deve-se, em grande medida, ao empenho do movimento LGBT em operar tal mudança, forçando a sua passagem progressiva de objecto a sujeito noticioso. Na próxima

14. Mais informação sobre estas iniciativas disponível em http://www.panterasrosa.com/html/accoespasadas_2004/accoespasadas2004_8_julho.html, http://www.panterasrosa.com/html/accoespasadas_2005/accoespasadas2005_28junho.html e <http://panterasrosa.blogspot.com/2005/06/termometro-da-homofobia-em-lisboa-2.html> (consultado em 03/04/2006).

15. Ver por exemplo, <http://www.ilga-portugal.pt/premioarcoiris/> (consultado em 09/04/2009).

16. Mais informação disponível em <http://www.rea.pt/premiosmedia.html> (consultado em 04/11/2008).

secção analisam-se algumas destas transformações, avançando-se a hipótese de um jornalismo rosa de influência internacional com especificidades nacionais.

3. Caminhos recentes de representação mediática – um jornalismo rosa glocalizado?

Quando convidado a comentar eventuais transformações na forma como os media portugueses têm noticiado eventos LGBT durante a última década, o activista Simão respondeu:

Há jornalistas que me entrevistaram pela primeira vez há 5 ou 6 anos, quando faziam a cobertura da Marcha, e eram tão imaturos! Tentavam colher alguma informação previamente e os artigos, metade deles eram confusos. Nós corrigimo-los e eles pediam desculpa dizendo “desculpem, não era bem isso, não percebemos...” E o que vemos é que são os mesmos jornalistas que continuam a voltar e hoje estão muito mais conscientes e maduros! Portanto, sim, há mudança. [...] Há um jornalismo rosa que está a emergir!

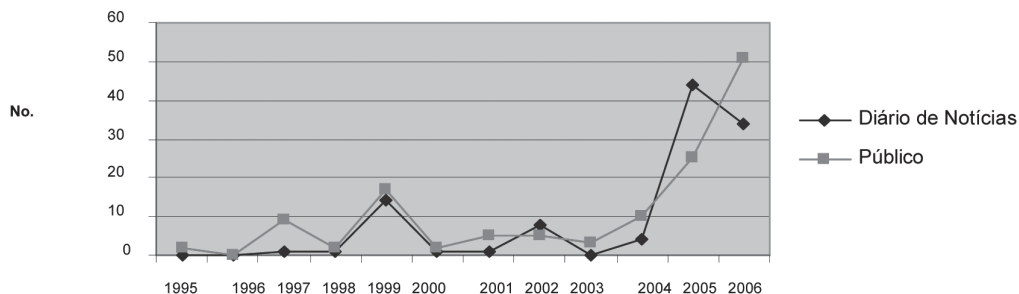
Na esteira do que sublinha este entrevistado, uma análise longitudinal efectuada a três órgãos de comunicação social distintos¹⁷ permitiu também identificar uma transformação no modo como eventos LGBT são noticiados, nomeadamente na atenção atribuída à Marcha LGBT, ao Arraial e ao Porto Pride, pela centralidade de que se revestem estes eventos enquanto espaço de visibilidade pública. Uma análise das notícias transmitidas pelo canal SIC em dia de Marcha, Arraial e/ou Porto Pride entre 1997 e 2005, permite constatar que de uma média de 1m40s entre 1997 e 1998, a cobertura televisiva passou a ultrapassar os 7 minutos a partir de 2000, ano em que o movimento organizou a Marcha pela primeira vez. Tal significa que, em três anos, os eventos LGBT passam a ocupar cerca de 10% do espaço noticioso do referido canal televisivo em dia de Marcha, Arraial e/ou Porto Pride.

Tal incremento é também verificável ao nível da imprensa escrita. Com efeito, uma análise dos jornais *Diário de Notícias* e *Público* revelou igualmente um aumento notá-

17. Esta secção baseia-se numa análise efectuada a 242 artigos de temática LGBT publicados nos jornais *Diário de Notícias* e *Público* entre 1995 e 2006, assim como na cobertura televisiva da Marcha, Arraial e Porto Pride transmitida pelo canal SIC entre 1997 e 2005 (Santos, 2008).

vel no número de notícias sobre a temática LGBT entre 1995 e 2006, como se observa no gráfico seguinte:

Cobertura de eventos LGBT nos jornais *Diário de Notícias* e *Público* (1995-2006)



Para além de um aumento considerável no número de notícias relacionadas com a temática LGBT, este tipo de análise evidencia ainda um padrão semelhante de cobertura em ambas as publicações consideradas, indicando que o critério de relevância notiosa nos dois jornais é consistente. Tal fenómeno traduz-se no conceito de “níveis de atenção compatíveis”, sugerido por Eric Swank (2000), que procura sintetizar a ideia de que existe uma concordância entre jornalistas acerca do que é considerado relevante sob o ponto de vista noticioso. A compatibilidade de níveis de atenção encontrada entre diferentes órgãos de comunicação social facilita a tarefa de activistas no que respeita ao desenvolvimento de estratégias de abordagem ao meio jornalístico, uma vez que os padrões de relevância noticiosa se tornam assim identificáveis e inteligíveis (Santos, 2008 e 2009).

A utilização de uma lente de interpretação qualitativa permite revelar conteúdos para além dos números e, conseqüentemente, reflectir acerca das temáticas consideradas mais, ou menos, cativantes sob o ponto de vista noticioso. Se considerarmos o ano de 1999, verifica-se que o incremento na cobertura mediática esteve relacionado com dois tópicos principais – o debate parlamentar sobre as uniões de facto e casos de discriminação institucional, nomeadamente por parte do Instituto Português

do Sangue e do Instituto Nacional de Estatística.¹⁸ Uma análise do total de artigos de temática LGBT publicados entre 1995 e 2006 permitiu-me identificar seis temáticas essenciais exploradas pela cobertura noticiosa, a saber: Arraial e Marcha, Casamento, Discriminação institucional, Homoparentalidade, Violência e União de facto. A observação das categorias com maior cobertura em ambos os jornais é reveladora de uma mudança nos padrões de relevância jornalística atribuída a temas LGBT. Com efeito, constata-se um aumento gradual na diversidade de tópicos noticiados, particularmente em 2005 e 2006. Paralelamente, o Arraial e a Marcha – que, em alguns anos, foram os únicos temas cobertos – parecem perder protagonismo, passando a ter um papel mais episódico e menos central. Este fenómeno é compreensível à luz do que Oliver e Myers (2002) designam por “ciclos de atenção mediática”, ou seja, a tendência para a sobre-representação de certos temas ou movimentos “quando o assunto está quente” (2002: 13), após o que se verifica uma tendência de apagamento noticioso do próprio tema. A partir de 2005 nota-se ainda a emergência de novos temas, tais como o casamento, a homoparentalidade e a violência. Se aqueles se relacionam directamente com a agenda política do movimento LGBT português, esta resulta de uma sucessão de eventos inesperados, nomeadamente o caso das milícias populares em Viseu (2005) e o assassinato da mulher transgénero Gisberta (2006).

Não obstante as semelhanças apontadas, são, todavia, identificáveis diferenças entre os dois jornais analisados. Enquanto a cobertura oferecida pelo *Público* permanece de certa forma mais errática e ainda centrada no Arraial e na Marcha, o *Diário de Notícias* está cada vez mais apostado na cobertura de uma variedade de temas considerados de forma longitudinal (por exemplo, a cobertura a casos de discriminação institucional efectuada em 2002, 2005 e 2006). Tais diferenças decorrem de abordagens diferenciadas de jornalistas e editores de cada um dos órgãos mencionados (Santos, 2008).¹⁹

Se definirmos “jornalismo rosa” como a cobertura noticiosa de eventos LGBT realizada em rigor – ou seja, afastando-se das molduras previamente identificadas ao longo deste artigo – é então possível que as recentes transformações no olhar mediático traduzam a emergência de um jornalismo rosa à escala nacional, alimentan-

18. Ambos os casos de discriminação institucional suscitaram imediatas e continuadas reacções por parte do movimento LGBT português, que conduziram a resultados distintos. Para mais informações ver, entre outros, Santos 2005 e 2008.

19. Para uma análise da cobertura efectuada pelo *Diário de Notícias* a eventos LGBT ver ainda Gouveia, 2005.

do-se dos temas que são frequentemente partilhados pelo activismo LGBT à escala internacional.

Conclusão

Tal como ficou claro neste artigo, a emergência do movimento LGBT português de forma pública e organizada aconteceu a partir da segunda metade da década de 1990. Iniciativas como o Arraial (após 1997) e a Marcha LGBT (após 2000) representaram o abandono da esfera privada enquanto espaço exclusivo das sexualidades não-heteronormativas e a consequente entrada do activismo LGBT na esfera pública portuguesa. A rua foi desta forma reclamada como palco de participação cultural e de reivindicação política, dotando as questões LGBT de visibilidade e legitimidade sociopolíticas. Tais eventos representaram ainda a entrada dos direitos sexuais na esfera da cidadania.

O progressivo reforço da visibilidade e legitimidade públicas relativo às questões LGBT traduziu-se também numa maior cobertura mediática da temática. A análise apresentada dos media portugueses permitiu-me concluir da existência de um conjunto diversificado de temas LGBT que são hoje considerados relevantes sob o ponto de vista noticioso. O caminho percorrido pelo olhar mediático sobre eventos LGBT em Portugal parece indicar, portanto, uma transformação desde um tempo de objectificação dominante a um outro, mais contemporâneo, de reconhecimento do activismo LGBT enquanto sujeito noticioso. Neste processo de transformação as molduras outrora dominantes – designadamente as de “entretenimento”, “fonte credível” e “homofóbica/transfóbica” – estão gradualmente a dar lugar a modelos em que se valoriza a diversidade interna, a multiplicidade de vozes e o activismo LGBT enquanto sujeito político participante no espaço público. Para tal tem contribuído fortemente o investimento por parte do movimento LGBT português numa relação de proximidade pedagógica com os media e demais agentes de mudança sociocultural. Influenciado por tal investimento, traduzido em abordagens várias de “visibilidade”, “credibilidade” e “empatia”, o movimento reconhece hoje a existência de profissionais do jornalismo cuja cobertura de eventos LGBT é considerada positiva (Santos, 2008).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alwood, E. (1996), *Straight News. Gays, Lesbians, and the News Media*, New York: Columbia University

Press.

- Barakso, M.; Schaffner, B.F. (2006), *Winning Coverage: news media portrayals of the women's movement, 1969-2004*, *The Harvard International Journal of Press/Politics*, 11(4): 22-44.
- Bastos, S.P. (1997), *O Estado Novo e os Seus Vadios. Contribuição para o Estudo das Identidades Marginais e da sua Repressão*, Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Caldeira, C. (2006), *A Representação das Minorias Sexuais na Informação Televisiva Portuguesa*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Carneiro, N. (2009), "Homossexualidades". *Uma Psicologia entre Ser, Pertencer e Participar*, Porto: Livpsic.
- Carter, C.; Branston, G.; Allan, S. (ed.) (1998), *News, Gender and Power*, London: Routledge.
- Cascais, A.F. (2006), *Diferentes como só nós. O activismo GLBT português em três andamentos*, In *Estudos Queer: Identidades, contextos e acção colectiva*, ed. A.C. Santos. Número temático da *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76: 109-126.
- Entman, R. M.; Rojecki, A. (1993), *Freezing out the public: elite and media framing of the U.S. Antinuclear Movement*, *Political Communication* 10: 155-173.
- Gamson, W.A.; Modigliani, A. (1987), *The changing culture of affirmative action*, In *Research in Political Sociology*, ed. R.G. Braungart & M.M. Braungart, Greenwich, CT: JAI Press.
- Gouveia, C.A.M. (2005), *Assumptions about gender, power and opportunity: gays and lesbians as discursive subjects in a Portuguese newspaper*, In *Feminist Critical Discourse Analysis. Gender, Power and Ideology in Discourse*, ed. Michelle M. Lazar, London: Palgrave Macmillan.
- Hall, S.; Critcher, C.; Jefferson, T.; Clarke, J.; Roberts, B. (1978), *Policing the Crisis: Mugging, the State and Law and Order*, London: Macmillan.
- Herman, E.S.; Chomsky, N. (1994), *Manufacturing Consent. The Political Economy of the Mass Media*, London: Vintage.
- Lull, J. (1995), *Media, Communication, Culture. A Global Approach*, Cambridge: Polity Press.
- Plummer, K. (2003), *Intimate Citizenship. Private Decisions and Public Dialogues*, Seattle & London: University of Washington Press.
- Richardson, D. (2000a), *Rethinking Sexuality*, London: Sage.
- Richardson, D. (2000b), *Constructing sexual citizenship: theorizing sexual rights*, *Critical Social Policy*, 20 (2): 105-135.
- Richardson, E.; Turner, B. S. (2001), *Sexual, Intimate or Reproductive Citizenship?*, *Citizenship Studies* 5(3): 329-338.
- Robertson, R. (1995), *Glocalization: Time-Space and Homogeneity-Heterogeneity*, In *Global Modernities*, ed. Mike Featherstone, Scott Lash & Roland Robertson, London: Sage Publications.
- Santos, A.C. (2005), *A Lei do Desejo. Direitos Humanos e Minorias Sexuais em Portugal*, Porto: Afrontamento.
- Santos, A.C. (2008), *Enacting Activism. The political, legal and social impacts of LGBT activism in Portugal*, *Tese de Doutoramento*, Centre for Interdisciplinary Gender Studies, University of Leeds.
- Santos, A.C. (2009, no prelo), *Molduras públicas de performatividade queer e representação mediática em Portugal*, *Revista Ex Aequo* 20.
- Scheufele, D.A. (1999), *Framing as a theory of media effects*, *Journal of Communication* 49 (1): 103-123.
- Vale de Almeida, M. (2009), *A Chave do Armário. Homossexualidade, Casamento Família*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.